



ACELERAR O PROGRESSO

Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos para Todos

A COMISSÃO

O relatório da Comissão Guttmacher-*Lancet* estabelece o âmbito do programa de trabalho por realizar no domínio da saúde e direitos sexuais e reprodutivos (sexual and reproductive health and rights, SRHR); articula uma visão ousada e assente nas evidências para a SRHR, que tem por fundamento os direitos humanos; fornece uma definição integrada e nova da SRHR para orientar esta visão; e recomenda um pacote abrangente de intervenções no domínio da SRHR, que se estende para além dos componentes habitualmente reconhecidos da saúde sexual e reprodutiva. O relatório também realça os benefícios de investir na SRHR, não apenas desde uma perspetiva da saúde, mas também em termos do desenvolvimento social e económico mais abrangente.

A Comissão é composta por 16 comissários oriundos de África, da Ásia, da Europa, do Médio Oriente, da América do Norte e do Sul, com competências multidisciplinares e experiências num vasto leque de questões relacionadas com a SRHR. Entre 2016 e 2018, a Comissão realizou várias consultas e sintetizou as evidências disponíveis com o apoio dos investigadores do Instituto Guttmacher (Guttmacher Institute), do Centro de Investigação sobre a População Africana e a Saúde (African Population and Health Research Center) e de outras organizações associadas a vários dos comissários. O Grupo Consultivo da Comissão é composto por 23 representantes de organizações de saúde e direitos sexuais e reprodutivos, saúde global e financiamento, que forneceram feedback valioso sobre o relatório e as suas recomendações.

COMISSÁRIOS

Ann M Starrs

Instituto Guttmacher • Nova Iorque, NY, EUA

Alex C Ezeh

Universidade de Witwatersrand • Joanesburgo, África do Sul

Gary Barker

Promundo • Washington, DC, EUA

Alaka Basu

Universidade Cornell • Ithaca, NY, EUA

Jane T Bertrand

Universidade Tulane • Nova Orleães, LA, EUA

Robert Blum

Universidade Johns Hopkins • Baltimore, MD, EUA

Awa M Coll-Seck

Governo do Senegal • Dacar, Senegal

Anand Grover

Lawyers Collective • Deli, Índia

Laura Laski

Early Signal Foundation • Nova Iorque, NY, EUA

Mónica Roa

Consultora Independente

Zeba A Sathar

Population Council • Islamabad, Paquistão

Lale Say

Organização Mundial da Saúde • Genebra, Suíça

Gamal I Serour

Universidade Al Azhar • Cairo, Egito

Susheela Singh

Instituto Guttmacher • Nova Iorque, NY, EUA

Karin Stenberg

Organização Mundial da Saúde • Genebra, Suíça

Marleen Temmerman

Universidade Aga Khan • Nairobi, Quênia

As lacunas ao nível da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos (SRHR) representam um enorme fardo para as pessoas, as comunidades e as economias em todo o mundo. Colmatar estas lacunas requer uma abordagem holística, que engloba o direito de todas as pessoas a tomar decisões sobre os seus corpos – sem estigma, discriminação e coação – e a ter acesso a serviços essenciais ao nível da saúde sexual e reprodutiva. A visão da Comissão Guttmacher-*Lancet* em relação ao acesso universal à SRHR é acessível, concretizável e essencial para alcançar os objetivos de saúde, desenvolvimento equitativo e direitos humanos para todos.

A saúde e os direitos sexuais e reprodutivos são fundamentais para a saúde e sobrevivência das pessoas, para a igualdade entre homens e mulheres e para o bem-estar da humanidade. Várias décadas de investigação demonstraram – e continuam a demonstrar – os benefícios profundos e mensuráveis do investimento na saúde sexual e reprodutiva. E através de vários acordos internacionais, os governos comprometeram-se a realizar esse investimento. No entanto, o fraco empenhamento político, os recursos inadequados, a discriminação constante contra as mulheres e raparigas, e a relutância em abordar de forma aberta e abrangente os problemas relacionados com a sexualidade têm impedido repetidamente o progresso.

Todos os anos, nos países em desenvolvimento:

- mais de 200 milhões de mulheres querem evitar a gravidez mas não estão a usar métodos contraceptivos modernos
- mais de 45 milhões de mulheres têm cuidados pré-natais inadequados ou inexistentes
- mais de 30 milhões de mulheres não dão à luz numa instalação de saúde

A nível mundial, todos os anos:

- são realizados 25 milhões de abortos inseguros
- mais de 350 milhões de mulheres e homens precisam de tratamento para uma das quatro DST (doenças sexualmente transmissíveis) curáveis

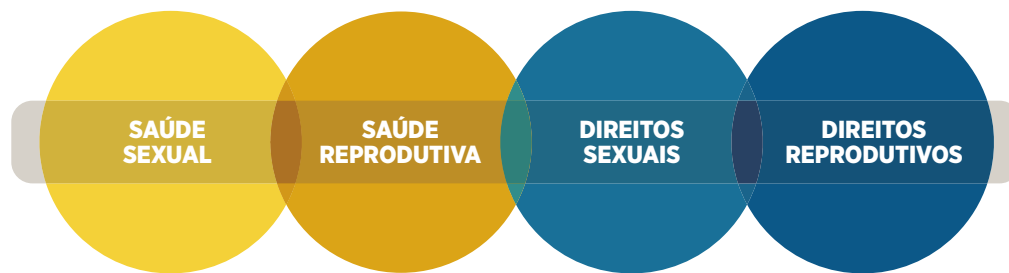
- existem cerca de dois milhões de novas infeções por VIH (vírus da imunodeficiência humana)
- cerca de 266.000 mulheres morrem de cancro do colo do útero

E em algum momento das suas vidas, cerca de uma em cada três mulheres em todo o mundo é vítima da violência de género, sob a forma de violência nas relações íntimas ou de violência sexual por alguém que não é seu parceiro.

Em última instância, praticamente todas as pessoas em idade reprodutiva – cerca de 4,3 mil milhões de pessoas – terá falta de, pelo menos, um serviço essencial de saúde sexual ou reprodutiva durante a fase reprodutiva das suas vidas.

A comunidade global não pode continuar a ignorar ou a tolerar estas lacunas e falhas – nem é obrigada a fazê-lo. O ritmo rápido das alterações tecnológicas; a dinâmica decorrente dos progressos alcançados nos últimos 20 anos nos domínios da saúde, da educação e da economia; e os novos objetivos globais ambiciosos em termos de desenvolvimento tornam os progressos na concretização das metas de saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos – ou seja, em termos de saúde e direitos humanos – possíveis para todos.

Dispomos dos meios e dos conhecimentos para alcançar SRHR universais. Chegou a hora de tornar a SRHR uma realidade na vida das pessoas.



Uma nova definição

Desde a Conferência Internacional sobre a População e o Desenvolvimento, em 1994, as comunidades globais da saúde e dos direitos humanos têm vindo a trabalhar para definir e promover a SRHR, tendo observado progressos e sofrido reveses durante esse período. Embora a comunidade de SRHR reconheça amplamente que cada componente da SRHR está associado aos outros, e que a concretização dos direitos sexuais e reprodutivos é essencial para assegurar a saúde sexual e reprodutiva, a maioria dos acordos adotou uma visão redutora da SRHR.

A Comissão apela aos governos, às agências da ONU (Organização das Nações Unidas), à sociedade civil e a outras partes interessadas importantes para trabalharem com vista a uma nova definição

abrangente da SRHR, que integre todo o leque de necessidades das pessoas, bem como serviços que raramente são reconhecidos ou abordados em debates globais, incluindo o bem-estar sexual e a autonomia pessoal. Com base em vários acordos internacionais e regionais, bem como em tratados e princípios internacionais sobre os direitos humanos, a nova definição reflete um consenso emergente em relação aos serviços e intervenções necessários para responder às necessidades de todas as pessoas em termos de saúde sexual e reprodutiva. Esta definição oferece um quadro universal para orientar as partes interessadas no desenvolvimento de políticas, serviços e programas que dão resposta a todos os aspetos da SRHR, de forma eficaz e equitativa.

Definição integrada da saúde e direitos sexuais e reprodutivos

A saúde sexual e reprodutiva é um estado de bem-estar físico, emocional, mental e social relativamente a todos os aspetos da sexualidade e da reprodução, e não apenas a ausência de doença, disfunção ou enfermidade. Por conseguinte, uma abordagem positiva à sexualidade e à reprodução deve reconhecer o papel desempenhado pelas relações sexuais agradáveis, pela confiança e pela comunicação na promoção da autoestima e do bem-estar em geral. Todas as pessoas têm direito a tomar decisões em relação aos seus corpos e a aceder a serviços que sustentam esse direito.

O alcançar da *saúde* sexual e reprodutiva depende da concretização dos *direitos* sexuais e reprodutivos, que se baseiam nos direitos humanos de todas as pessoas:

- a ver respeitada a sua integridade corporal, privacidade e autonomia pessoal
- a definir livremente a sua própria sexualidade, incluindo a orientação sexual e a identidade e expressão de género
- a decidir se e quando serão sexualmente ativas
- a escolher os seus parceiros sexuais
- a ter experiências sexuais seguras e agradáveis
- a decidir se, quando e com quem irão casar
- a decidir se, quando e de que forma terão um filho ou filhos, e quantas crianças terão
- a ter acesso, ao longo da sua vida, às informações, recursos, serviços e apoio necessários para concretizar todos os pontos mencionados anteriormente, sem discriminação, coação, exploração e violência

A Comissão Guttmacher-Lancet também recomenda um pacote essencial de intervenções ao nível da saúde sexual e reprodutiva, em consonância com esta definição abrangente da SRHR. O pacote inclui os componentes habitualmente reconhecidos da saúde sexual e reprodutiva, incluindo serviços de contraceção, a prestação de cuidados materno-infantis, e a prevenção e tratamento do VIH/SIDA. Também inclui intervenções menos habituais, que são necessárias para uma abordagem holística à questão da SRHR: cuidados para outras DST para além do VIH; uma educação abrangente sobre a sexualidade; cuidados no âmbito do aborto seguro; prevenção, deteção e aconselhamento no âmbito da violência com base no género; prevenção, deteção e tratamento da infertilidade e do cancro do colo do útero; e aconselhamento e cuidados ao nível da saúde e bem-estar sexual.

A Comissão recomenda que os países alarguem o acesso a este pacote de serviços de forma progressiva, à medida que os recursos e os ambientes de políticas assim o permitam, dando sempre prioridade às necessidades das populações vulneráveis e marginalizadas. Os serviços essenciais de saúde sexual e reprodutiva alinhados com a nova definição devem satisfazer normas globais em termos de ética médica, saúde pública e recursos humanos, incluindo o quadro de “disponibilidade, acessibilidade, aceitabilidade e qualidade” do direito à saúde.

Pacote essencial de intervenções ao nível da saúde sexual e reprodutiva

- Educação sexual abrangente
- Aconselhamento e serviços para uma gama de contraceptivos modernos, com um número mínimo e tipos de métodos definidos
- Cuidados pré-natais, durante o parto e pós-natais, incluindo cuidados obstétricos de emergência e cuidados aos recém-nascidos
- Serviços de aborto seguro e tratamento de complicações relacionadas com o aborto inseguro
- Prevenção e tratamento do VIH e de outras infeções transmitidas por via sexual
- Prevenção, deteção, serviços imediatos e encaminhamentos de casos de violência sexual e baseada no género
- Prevenção, deteção e gestão do cancro do aparelho reprodutivo, especialmente do cancro do colo do útero
- Informação, aconselhamento e serviços para a subfertilidade e a infertilidade
- Informação, aconselhamento e serviços para a saúde e bem-estar sexual

Custos e benefícios da prestação de serviços de saúde sexual e reprodutiva

A satisfação de todas as necessidades relativas a estes serviços tem um custo acessível para a maioria dos países. Por exemplo, nas regiões em desenvolvimento, um investimento estimado de 9 USD per capita ao ano cobriria o custo total de satisfazer integralmente as necessidades das mulheres ao nível da contraceção moderna e da prestação de serviços de saúde recomendados pela Organização Mundial de Saúde a todas as mulheres grávidas (incluindo as que sofrem abortos espontâneos, têm nados-mortos ou realizam abortos, bem como as que têm nados-vivos) e aos recém-nascidos.

E os investimentos produziram enormes retornos. As evidências demonstram que o acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva salva vidas, melhora a saúde

e o bem-estar, promove a igualdade entre homens e mulheres, aumenta a produtividade e o rendimento das famílias, e tem benefícios multigeracionais, ao melhorar igualmente a saúde e o bem-estar das crianças. Os dados mais recentes mostram que satisfazer integralmente as necessidades de contraceção moderna nas regiões em desenvolvimento e assegurar que as mulheres grávidas e os seus filhos recém-nascidos recebem cuidados essenciais resultaria nas seguintes reduções, face aos valores registados em 2017: menos 67 milhões de gravidezes não desejadas (redução de 75%), menos 2,2 milhões de mortes de recém-nascidos (diminuição de 80%) e menos 224.000 mortes maternas (descida de 73%). Estes benefícios produziram dividendos ao longo de muitos anos e promoveriam a concretização de outros objetivos em termos de desenvolvimento.

Um roteiro para alcançar o acesso universal à gama completa de informações e serviços de SRHR

Por fim, a Comissão recomenda ações altamente prioritárias a realizar pelos decisores políticos nacionais, regionais e globais, bem como pelos profissionais de saúde, educadores e defensores da saúde e dos direitos. Estas recomendações assentam nas evidências e têm por base os direitos humanos, dando resposta a lacunas nos serviços de saúde e a obstáculos a nível social, cultural e económico – incluindo os que são específicas do género – que impedem as pessoas de concretizar integralmente a SRHR.

- Adotar e aplicar a definição abrangente da SRHR do relatório, dando particular atenção aos direitos sexuais e reprodutivos
- Apoiar alterações nas leis, políticas, normas e estruturas sociais que permitem a todas as pessoas compreender, proteger e concretizar os seus direitos de SRHR, bem como respeitar os direitos dos outros
- Alargar progressivamente o acesso ao pacote de intervenções essenciais e integradas ao nível da saúde sexual e reprodutiva, assegurando que é dada resposta às necessidades das populações vulneráveis e marginalizadas
- Assegurar o financiamento sustentável a nível doméstico e internacional para concretizar o acesso integral ao pacote essencial de saúde sexual e reprodutiva
- Tomar medidas em relação aos componentes da SRHR frequentemente negligenciados na implementação dos programas, mas que afetam um grande número de pessoas, incluindo:

- Proporcionar acesso a serviços de aborto seguro, bem como liberalizar as leis relativas ao aborto, quando necessário
 - Assegurar que os adolescentes têm acesso a informação e serviços de saúde sexual e reprodutiva, sem sofrer discriminação
 - Responder ao problema da violência sexual e baseada no género, através de políticas, serviços e programas de prevenção
 - Envolver os homens no apoio à saúde, aos direitos e à autonomia das mulheres, bem como dar resposta às necessidades de SRHR dos homens
- Prestar apoio adicional a grupos frequentemente marginalizados, desfavorecidos e sujeitos a discriminação:
- Proteger a SRHR das populações deslocadas e refugiadas, bem como reforçar os serviços em contextos humanitários
 - Reconhecer e dar resposta às necessidades em termos de SRHR das pessoas com diferentes orientações sexuais, identidades e expressão de género, e características sexuais
- Abordar lacunas em termos de evidências e dar prioridade à investigação de SRHR necessária para a tomada de decisões a nível político e de programas
- Reforçar e utilizar processos de responsabilização a todos os níveis, para assegurar a concretização dos objetivos e compromissos em termos de SRHR

Acelerar o progresso

Dispomos dos conhecimentos e das ferramentas necessários – sob a forma de orientações globais, protocolos, tecnologia e evidências de boas práticas – para assegurar que todas as pessoas recebem serviços de saúde sexual e reprodutiva que primem pela confidencialidade, pelo respeito e pela alta qualidade. Muitas intervenções bem-sucedidas foram testadas em países de baixo e médio rendimento. No entanto, acontece com demasiada frequência que estas abordagens eficazes não são implementadas em grande escala, não são integradas como parte de uma abordagem abrangente à SRHR, ou não chegam aos grupos vulneráveis ou marginalizados.

Para acelerar os progressos, os governos e os doadores devem adotar e promover um programa de trabalho abrangente a nível da SRHR, que beneficie toda a população. Os grupos da sociedade civil e outros que reconhecem os benefícios essenciais da promoção da SRHR devem trabalhar de forma transectorial e responsabilizar os governos pelo cumprimento dos seus compromissos. Um compromisso partilhado em relação a uma política e programação de SRHR assente em evidências – que melhore a saúde e respeite os direitos humanos – é fundamental para sustentar a capacidade de todas as pessoas de ter vidas seguras e gratificantes, bem como para alcançar os objetivos de desenvolvimento globais.

AGRADECIMENTOS

O relatório completo foi publicado na revista *The Lancet*, na edição de maio de 2018, e tornou-se possível graças ao apoio prestado ao Instituto Guttmacher pelo Ministério Holandês dos Negócios Estrangeiros, pela agência UK Aid do Governo do Reino Unido, pela Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento, pela Fundação William e Flora Hewlett, pela Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, pelo Ministério Federal Alemão para a Cooperação Económica e o Desenvolvimento e pela Fundação David e Lucile Packard. As constatações e conclusões que constam do relatório pertencem aos autores e não refletem necessariamente as posições e políticas dos doadores.

O relatório completo está disponível do website de *The Lancet*:
www.thelancet.com/commissions/sexual-and-reproductive-health-and-rights



**GUTTMACHER-
LANCET
COMMISSION**

ON SEXUAL AND
REPRODUCTIVE HEALTH
AND RIGHTS

[www.thelancet.com/commissions/
sexual-and-reproductive-health-and-rights](http://www.thelancet.com/commissions/sexual-and-reproductive-health-and-rights)